

MISOGINIA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NUMA VISÃO HISTÓRICA E PSICANALÍTICA

MISOGYNY: THE VIOLENCE AGAINST WOMEN IN A HISTORICAL AND PSYCHOANALYTIC VISION

Geisa Maria Batista MOTERANI¹
Felipe Mio de CARVALHO²

Resumo: A misoginia é o prejuízo mais antigo do mundo e apresenta-se como um ódio ou aversão às mulheres, podendo manifestar-se de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, denegrição, violência e objetificação sexual das mulheres. Entre os diversos tipos de violências relacionadas diretamente ou indiretamente com o gênero feminino estão as agressões físicas, psicológicas, sexuais, multilações, perseguições; culminando em alguns casos no feminicídio. À medida que as sociedades foram evoluindo, as formas discriminatórias contra a mulher se tornaram mais refinadas e nem por isso menos inadmissíveis do que na época da pedra lascada. O repúdio às mulheres, às vezes com seus contornos diferenciados, mais ou menos ocultos ou disfarçados, persistem em situações de opressão de gênero, oriundas de um passado já bem remoto. Torna-se necessário, portanto, compreender a historicidade desta disparidade, de forma a entender que a misoginia é em sua essência uma invenção, e não um fato histórico. Considerando este contexto o presente trabalho pretende através de levantamento bibliográfico estudar o contexto da misoginia em seus aspectos históricos e subjetivos estabelecendo uma interlocução entre a construção histórica do feminino e a produção da subjetividade da mulher.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência contra a mulher. Mulher e sociedade. Produção da subjetividade da mulher.

Abstract: Misogyny is the oldest injury in the world and presents itself as a hatred or aversion to women, and can manifest itself in various ways, including sexual discrimination, denigration, violence and sexual objectification of women. Among the various types of violence directly or indirectly related to the female gender are physical, psychological, sexual, multi-purpose, persecution; culminating in some cases in femicide. As societies evolved, the discriminatory forms against women became more refined and therefore less inadmissible than at the time of the chipped stone. The repudiation of women, sometimes with their differentiated contours, more or less hidden or disguised, persist in situations of gender oppression, originating from a past that was already very remote. It is therefore necessary to understand the historicity of this disparity in order to understand that misogyny is in essence an invention, not a historical fact. Considering this context the present work intends through a bibliographical survey to study the context of the misogyny in its historical and subjective aspects establishing an interlocution between the historical construction of the feminine and the production of the subjectivity of the woman

Keywords: Gender violence. Violence against women. Woman and society. Producing the subjectivity of women.

¹ Aluna do 10º. semestre do curso de Psicologia da FAC-FEA, Nutricionista. E-mail: geisamaria@hotmail.com

² Graduado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Especialista em Psicologia da Saúde pelas Faculdades Adamantineses Integradas (FAI). Psicólogo clínico de orientação psicanalítica, professor substituto de Psicanálise e Psicologia geral na Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA). E-mail: fmioacarvalho@hotmail.com

Introdução

A misoginia é um prejuízo que sobrevive ao tempo muito antes de ter nome. “Quando se inventou a roda, a misoginia já estava dando quatro piruetas no ar”, declara a jornalista argentina Marisa Avigliano (2010). A palavra apareceu pela primeira vez no Oxford English Dictionary em 1656 e era definida como ódio e o desprezo para com as mulheres. A autora, Avigliano (2010), lembra o fato de que a palavra Misoginia já havia aparecido em 1630 na publicação “Swetman arraigned” em resposta a um texto escrito por Swetman no qual ele atacava e depreciava as mulheres. A literatura mostra que a misoginia, o prejuízo mais antigo do mundo, nunca saiu de moda, pois, conforme nos ensina Alambert (1986, apud BICALHO, 2001), as formas discriminatórias contra a mulher também se transformaram, à medida que as sociedades humanas evoluíram, tornaram-se mais refinadas, sofisticadas, mas nem por isso menos inadmissíveis do que na época da pedra lascada.

Alguns dicionários trazem as seguintes definições para o termo: ódio ou aversão às mulheres, aversão ao contato sexual com as mulheres (Houaiss et al, 2004, p.1934); [...] crença de que os homens são muito melhores que as mulheres (Cambridge Dictionary Online, 2015); ódio ou aversão a mulheres ou meninas e que pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, denegrição as mulheres, violência e objetificação sexual das mulheres. Cabe apontar que, etimologicamente, a palavra "misoginia" surgiu a partir do grego *misogynia*, ou seja, a união das partículas “*miseó*”, que significa “ódio”, e *gyné*, que se traduz para “mulher”. (CUNHA, 2007, p. 386, 524).

Dominação e violência

A misoginia desenvolveu-se em muitos diferentes níveis, conforme explica Holland (2010): desde o mais elevado plano filosófico nas obras dos pensadores gregos, que contribuíram para configurar a forma como a sociedade ocidental pensa o mundo, nas ruas de Londres do século XIX e também nas rodovias de Los Angeles, onde assassinos em série deixaram um rastro de cadáveres de mulheres torturadas e mutiladas por onde passaram. Ademais, citam-se os ascetas cristãos do século III, a caça às bruxas no final da Idade Média (em que centenas de milhares e até milhões de mulheres foram queimadas na fogueira), até os governantes Talibans do Afeganistão (do final do século XX); verifica-se em todas essas

culturas citadas a característica de dirigir a ira contra as mulheres e a sexualidade delas. Ainda considerando a contemporaneidade, pode-se observar que a misoginia tem sido expressada por grandes e renomados artistas e celebrada nas obras mais ínfimas e vulgares da pornografia moderna. A história da misoginia é a história de um ódio único, perdurável, que une Aristóteles com Jack Estripador e o rei Lear com James Bond. (HOLLAND, 2010)

Starr (1993, p. 28, 29, 80, 99) cita, sendo apresentados respectivamente abaixo exemplos de posturas misógenas presentes nas mitologias do mundo antigo, bem como em várias religiões. Na concepção de Starr (1993), tais colocações se devem ao temor do que as mulheres poderiam fazer se fossem livres. Segue tais citações que ilustram a conduta misógina:

“É a lei da natureza que a mulher deva ser mantida sob o domínio do homem [...] tal é a imbecilidade da mulher que é seu dever, em todos os aspectos, desconfiar de si própria e obedecer ao marido”. (Confúcio, cerca de 500 a.C)

“A fêmea é fêmea em virtude de uma certa falta de qualidades [...] Pois a fêmea é, por assim dizer, um macho mutilado e o catamênio (fluido menstrual) é sêmen, só que não puro; pois apenas uma coisa ela não contém, que é o princípio da alma [...]. (Aristóteles, Século IV a.C).

“[...] Dai-me qualquer doença que não seja um mal de coração, e qualquer mal que não seja uma mulher. [...]”. (Apócrifo Eclesiástico 25:13-26, cerca de 200 a.C)

As colocações realizadas até o presente momento abrem espaço para a concepção que será trabalhada durante este artigo, de que a misoginia é uma construção cultural que tem se arrastando ao longo dos séculos através de diversos veículos: primeiramente através da cultura grega e por religiões que foram influenciadas, posteriormente foi perpetuada no bojo da contradição presente na Revolução Francesa. Especialmente em virtude da influência grega que reverberou sobre o cristianismo, destaca-se que a mulher foi forçada ao longo dos séculos a adotar uma postura de resignação – como se fosse de fato culpada da desgraça humana.

O surgimento da Misoginia

Pagels et al (1992 apud BICALHO, 2001) comenta sobre a discussão acerca das

desigualdades entre homens e mulheres, explicando que a mesma não é recente: dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás acreditava-se que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos, e por isso somente os homens detinham o direito de exercer uma vida pública. Dessa forma a autora conclui que a misoginia não é uma invenção, é um fato histórico.

Conforme afirma Holland (2010), não é fácil datar com precisão as origens de um prejuízo (pré conceito), entretanto para o autor a misoginia tem uma data de nascimento e um berço: deve corresponder a algum momento do século VIII a.C, em alguma parte do Mediterrâneo oriental. Assim, afirma o autor, foi nesta época que surgiram histórias da criação na Grécia e na Judeia, histórias que iriam adquirir o poder de mito – e ao mesmo tempo descreviam a queda do homem, nos quais a debilidade da mulher é responsável por todo o sofrimento humano, a infelicidade e a morte. Embora os gregos tenham sido os primeiros colonizadores do mundo intelectual ocidental, também ocuparam um lugar único como pioneiros intelectuais de uma perniciososa visão das mulheres que persiste até a idade moderna. (HOLLAND, 2010)

Acerca da influência dos mitos Holland (2010, p. 443) declara:

[...] os mitos se introduziram na corrente central da civilização ocidental, impulsionado por dois de seus afluentes mais poderosos: na tradição judaica, tal como relata o Genesis (que a maioria dos estadunidenses segue, aceitando como uma verdade) a culpada é Eva, e na tradição grega é Pandora.

Silva (2010) explica que ao observar-se a constituição da sociedade grega, é possível notar que as mulheres sempre ocupavam lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, voltadas a vida privada sem participação direta no social. Mais recentemente, durante o século das luzes, quem julgasse apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa, teria como destino a morte certa na guilhotina. A igualdade a qual os franceses se referiam era uma igualdade para bem poucos, na verdade, era apenas destinada aos homens da classe burguesa. (SILVA, 2010)

A igualdade alardeada por tal Revolução, segundo Silva (2010), não se estendia às mulheres, mostrava-se contraditória, era de natureza jurídica e não socioeconômica, pois em virtude disso, não permitiu ou contribuiu para um emparelhamento dos direitos legais, jurídicos, políticos e sociais entre homens e mulheres. Considerando o recém apresentado, questiona-se: como seria possível sustentar a hierarquia (diferença) entre o homem e mulheres

se o que estava em questão era justamente a igualdade de direito entre os cidadãos? Dessa forma o autor conclui que se homens e mulheres deveriam ser iguais diante da lei, deveriam ter acesso às mesmas posições sociais, e, se as mulheres tivessem acesso à mesma educação que os homens, elas poderiam ter acesso às mesmas posições que estes no espaço social. Entende-se, por consequência, que a realidade conclamada pela Revolução Francesa não era essa. Segundo Birman (2001 apud SILVA, 2010), foram necessários quase dois séculos para que as normas sociais resultantes da Revolução Francesa conferissem igualdade de direitos entre homens e mulheres, não tendo mais lugar o modelo do sexo único surgido na antiguidade greco-romana.

No mito grego, explica Schott (1996, p. 40 apud BICALHO, 2001) Pandora foi a primeira mulher, foi criada por Zeus para se vingar de Prometeu pelo seu crime de roubar o fogo. Conforme os desígnios dos deuses, Pandora seria de bela aparência e plena de maldade em seu coração. Os deuses deram à Pandora um cântaro contendo os males e enfermidades do mundo. Entre outros males, Pandora traz a cruel lição do malogro para os homens, que descobrem demasiado tarde que o que é belo por fora abriga o mal no interior.

De acordo com Schott (1996, p. 40 apud BICALHO, 2001), a lenda de Pandora simboliza a percepção grega de que o mal da morte está oculto por baixo da bela aparência da vida. Dado que a raça de mulheres irradiou-se a partir de Pandora, as mulheres carregam a nódoa do mal atribuído ao ato de Pandora. Segundo Holland (2010), para entender o mito de Pandora faz-se necessário lembrar que para os gregos as mulheres, devido sua constituição e ciclos vitais, eram seres com vínculos mais próximos à natureza do que os homens e que a natureza para os gregos era uma ameaça, um desafio ao ser superior do homem. Assim a mulher representava a encarnação próxima a natureza, sendo portanto necessário desumanizá-la, ainda que fosse ela quem tornasse possível a subsistência da raça humana. Na representação do mito de Pandora a mulher é vista como a antítese da tese masculina, “a outra”. (HOLLAND, 2010, p. 442)

Nota-se que a visão disseminada pelos gregos opõe-se aos mitos narrados anteriormente na Mesopotâmia, assim como os dos nômades do noroeste da Europa. A exemplo disso, Holland (2010) conta que a Epopéia de Gilgamesh narra a rivalização deste com os deuses na sua busca da imortalidade, mas as mulheres não se convertem em instrumento de vingança, tampouco se empreende as mulheres como culpadas da sina dos homens, pois os responsáveis pela mortalidade humana são os deuses. Na cultura posterior, aos celtas nômades, abundam os mitos do paraíso encontrado e perdido, mas não há nenhum

cénario que retrate a queda do homem correlacionada à mulher. A versão celta do paraíso é como a dos sumérios e judeus, mostram um frondoso jardim com belas mulheres que seduzem os homens para levarem uma vida de boa aventura, mas não há um equivalente celta de Pandora ou de Eva. (HOLLAND, 2010, p. 443)

Não somente os mitos, mas também o Orfismo, religião espiritual grega, com culto ao deus Dionísio (VI e V a.C), influenciou o pensamento grego que atribuía o mal à mulher, sendo esta considerada uma criatura perversa, perigosa, responsável pela desgraça do mundo. Tal culto religioso não apenas transmitiu ao pensamento filosófico crenças gregas antigas sobre a impureza da fertilidade, da morte e da mulher, como é também considerado um precursor das formas ocidentais de espiritualidade religiosa. (SCHOTT, 1996, p. 51 apud BICALHO, 2001).

Observa-se dessa forma que, sendo influenciado pelo Orfismo, o Cristianismo com seus discursos colaborou na concepção misógina do ser mulher na cultura ocidental. Dentro do Cristianismo toda a simbologia religiosa nos fala da expulsão do homem e da mulher do paraíso que traz para a humanidade a perda da condição divina e essencialmente para a mulher, a “nódoa do pecado”, porque foi ela que se entregou a tentação. Tal situação a coloca no lugar de pecadora e ela terá de se redimir na submissão e resignação. O comportamento cristão na distinção do ser masculino e do ser feminino dissemina o não reconhecimento de direitos da mulher, trazendo condições sociais diferenciadas para homens e mulheres. Tal atitude determina ao feminino uma condição de inferioridade e ao mesmo tempo contraditória de ter que se submeter para se purificar e de transgredir para se fazer presente. (BICALHO, 2001).

Bicalho (2001) declara que o cristianismo baseado no pensamento filosófico grego moldou a identidade feminina trazendo a “nódoa da misoginia”. O discurso cristão constituiu-se historicamente enquanto organizador da vida e da moral social, utilizando-se de símbolos e signos misóginos, constituindo as identidades de homens e mulheres ao manipular suas vidas ao longo de diversas eras. Esta visão posiciona a mulher longe do sagrado, pois ela carrega um mal e por isso deverá sofrer, resignar-se, buscar constantemente o perdão da nódoa do pecado como forma de salvar-se. Tais representações ganham corpo no cotidiano das mulheres, onde elas se vêem como responsáveis e provocadoras de discórdias, de perversidade e, portanto, devem aceitar o controle e o domínio masculino. O feminino construído como mal na figura de Eva ainda está presente através de símbolos e signos, criando uma mentalidade que se universaliza. Desta forma, no mundo moderno as práticas

serão norteadas por estes valores, onde a mulher alcançará o perdão pelo mal que carrega no exercício da maternidade, na função de “zeladora do lar” e ainda ser dócil e submissa como filha, esposa e mãe. Se a ligação da mulher com o corpo, com a matéria a faz inferior, sua superioridade será alcançada no flagelo de seu corpo. O homem ao violentá-la estaria contribuindo para sua salvação. (BICALHO, 2001)

Percebeu-se pelo levantamento histórico realizado que a construção da misoginia se deu numa produção ao longo dos séculos e atravessou culturas humanas, tomando formas expressas na subjetividade feminina através do sentimento de culpa, as impelindo para a aceitação e tolerância passiva da violência. Evidencia-se a existência de um contexto social, cultural e histórico que reforça tais práticas. Visando compreender mais profundamente tais construções, será analisada a referida subjetividade feminina, muitas vezes já enraizada, através da concepção Psicanalítica, dando ênfase ao conceito de “ideal de ego”, pois o mesmo se mostra capaz de embasar como algo tão antigo se alastrou ao longo dos anos e foi ao mesmo tempo tido como conduta adequada – tanto para homens quanto para mulheres. Também se discute de forma breve, o quanto as interpretações rasas das teorias psicanalíticas levam a não somente a dificuldade de escuta frente aos contextos de violência, mas também a perpetuação de mais violência.

Um olhar psicanalítico sobre a misoginia

Sabe-se que a sociedade constrói diversos instrumentos que controlam e regulamentam a vida social (regras, valores, punições) e que os mesmos são introjetados pelos indivíduos de forma que a subjetividade termina depositando-se na objetividade. Neste sentido, Chauí (1997, apud SILVA, 2010), afirma que durante longo tempo as sociedades construíram em torno de si e no senso comum, um estereótipo relacionado ao sexo feminino, sendo este o primeiro passo para a construção das bases do preconceito e da discriminação. A autora explica que o estereótipo engloba diversos tipos de crenças, diferentes saberes e valores. Essas inúmeras atitudes que julgamos naturais acabam sendo transmitida de geração em geração sem que sejam questionadas. O estereótipo, conclui ela, nos dá a possibilidade de avaliar e julgar positivamente ou negativamente coisas e seres humanos. (CHAUÍ, 1997, apud SILVA, 2010). E destaca ainda que o senso comum é a crença jamais questionada de que a realidade objetiva e subjetiva do mundo existe tal como é dada, o que leva à cristalização das ideias acerca do mundo, dos sujeitos e demais elementos construídos historicamente ao longo

do tempo. Tais condições, segundo a autora, levam o grupo social a legitimizar tais papéis que não necessariamente condizem com a realidade desses mesmos atores sociais. Mas ainda assim, cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo, legitimando qualquer coisa, inclusive a violência física ou sexual.

Silva (2010) constata que a violência contra a mulher está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana e faz-se presente:

[...] no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual. (p. 560)

Pode-se afirmar que violência que a mulher sofre no seu dia a dia, está incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da sociedade ocidental, dos homens e também das mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. Indo um pouco mais adiante é cabível apresentar que as repetições destas ideias e padrões dentro de uma sociedade colaboram não somente para a formulação de um material para um suposto Id, mas também passam a ser modelo para o ideal de ego para outros homens, outras pessoas, perpetuando o processo, conforme afirma Freud (2006a)

O conceito de ideal de ego surge na obra de Freud (2006b, p. 101) em seu artigo sobre Narcisismo onde ele o define como: “o que ele [o homem] projeta diante de si como ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal”. O ideal de ego segundo Freud (2006a) é a estrutura mental que funciona como referência para o ego avaliar suas realizações, uma instância crítica e de auto-observação, que surge a partir da introjeção das imagos parentais. Considerando a perspectiva de autoavaliação, Freud (2006a) propõe que o sujeito pode ser facilmente acometido de um sentimento de vergonha e de fracasso quando não consegue corresponder às expectativas dos outros, que passam a ser também suas.

Ao difundir-se um ideal de ego contaminado, neste caso com uma visão menosprezante da mulher, dissemina-se tão fortemente a crença de que os indivíduos, incluindo a própria mulher, identificam-se naturalmente com as influências recebidas, o que corrobora as colocações de Silva (2010, p. 561), “[...] as próprias mulheres participaram

inequivocadamente desses ideários construídos [...]”.

Mediante as colocações feitas até o momento, fica entendido que qualquer tentativa por parte da mulher de romper com este modelo onde a violência é banalizada – a submissão é requerida e a ordem machista está implantada (aceito pela maioria como ideal) – é visto como rebeldia, portanto sentido como culpa. O sentimento de culpa é o sofrimento obtido após avaliação de um comportamento passado tido como reprovável por si mesmo, levando a mulher a buscar alívio de tal tensão intrapsíquica através de enquandres em ordenamentos em que a mulher deve adequar-se, submeter-se e resignar-se. A base deste sentimento, do ponto de vista psicanalítico, presente em Freud (2006a), é a frustração causada pela distância entre o que não fomos (o que se esperava dela) e a imagem criada pelo ideal de ego daquilo que achamos que deveríamos ter sido (atendendo o modelo social).

Pensa-se que muito embora o sentimento de culpa aponte para um conflito intrapsíquico – tensão entre o ego e o ideal de ego – é também aquilo que arrama as condutas de uma sociedade, determinando formas de relações entre os sujeitos, mediadas pela introjeção dos padrões de conduta. Assim a força do sentimento de culpa pode empuxar o sujeito à autodepreciação, a um viver abaixo das possibilidades, para uma miséria subjetiva que aliena o sujeito em arredutos que levam a consolidação da conformação ao sofrimento – se tornando “amargo” ou apático-descontente com a própria situação, pois não acreditam na real possibilidade de romper a condição de submissão impetrada pela violência. Tais mulheres suportam, às vezes por muitos anos, situações abusivas, produtoras de intenso sofrimento psíquico.

É importante, neste momento, realizar uma breve interseção quanto à Freud, pois o mesmo é com frequência apontado como um autor com tendências machistas, e neste sentido Narvaz (2010) alerta que as leituras simplistas e descontextualizadas de alguns postulados freudianos, dentre eles, o de um “masoquismo autenticamente feminino” (FREUD, 1924b, 1967, p. 933, apud NARVAZ, 2010) e o da sedução infantil, segundo a qual a criança deseja e fantasia o abuso (FREUD, 1905, 1967, apud NARVAZ, 2010), podem ter efeitos nefastos na compreensão das situações de sofrimento psíquico, produzido por abusos e violações que podem levar à compreensão de que a mulher desejou receber tal violência, e assim colocar o profissional como cúmplice e perpetuante de uma nova violência. Em contrapartida, considerando-se os fatos, aponta-se que “para uma mulher, não existe horror maior do que ver e sentir seu corpo, seu espaço psíquico e corporal, ser penetrado e invadido por uma sexualidade estranha e estrangeira, sem que ela deseje essa invasão” (CROMBERG, 2004, p.

24, apud NARVAZ, 2010).

Narvaz (2010) entende que existem dificuldades para realizar uma adequada escuta dessas mulheres e dessas meninas pelo fato das violências praticadas estarem atravessadas por confusões e angústias típicas destas situações, e que as mesmas parecem encontrar alívio ao recorrerem a mitos explicativos do senso comum, circulantes na cultura, dentre eles, o de que a mulher gosta de apanhar e de que as filhas seduzem os pais abusivos. Ademais, Narvaz e Koller (2007) afirmam que os discursos sociais retratam as mulheres e meninas como coniventes com os seus agressores, sedutoras e provocadoras das violências que sofrem e inscrevem-se em diversas práticas da psicologia.

Além é referido que tais aspectos podem engendrar práticas equivocadas que interpretam os relatos de abuso sexual como fantasias históricas, bem como imputam às meninas e às mulheres o estatuto de cúmplices que desejam as violências sofridas, uma vez que, masoquistas, gozam com elas (FORRESTER, 1990; NUNES, 1998, apud NARVAZ, 2010). Essas práticas podem operar como dispositivos de naturalização da violência e de legitimação da submissão feminina, uma vez que a escuta e a compreensão do sofrimento diante dessas violações estão sendo fundamentadas nas teorias freudianas.

Conclusão

Através dos levantamentos feitos neste artigo, observou-se que uma compreensão histórica demonstra que certos comportamentos femininos expressos na passividade frente aos diversos tipos de violência podem ser compreendidos através de uma série de construções culturais e, portanto, não é algo presente numa pretensa natureza feminina. Assim, verificou-se a existência de traços misóginos em diversas culturas e religiões que até hoje são influentes na organização das sociedades, o que pode ser entendido não só como precipitador da violência contra a mulher, mas, inclusive como modelador das práticas discriminatórias supracitadas.

Os temas trabalhados neste artigo demonstram que a violência que a mulher sofre no seu cotidiano, está incorporada e enraizada nos ideais de ego e, por isso, essas práticas são aceitas e tidas como corretas ou adequadas. Em decorrência da naturalização, debatida como consequência do ideal de ego, observa-se não apenas a dificuldade das mulheres de se retirarem de tal situação de violência, mas até comprazimento em virtude do aparecimento do sentimento de culpa, sendo conseqüentemente forçada a se resignar e manter uma atitude

dócil ou passiva.

A repetição das práticas de violência e aceitação de certos postulados religiosos e culturais só faz nutrir tais ideais coletivos que posteriormente são introjetados pelos sujeitos. Portanto, se mostra importante a ruptura desse ciclo e em virtude disso acredita-se ser necessário o desenvolvimento de mais pesquisas neste campo, tanto pela carência de material, como em virtude do compromisso que as ciências e a filosofia carregam consigo: o compromisso com a construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências

AVIGLIANO, M. Página 12. **Las Cartas Marcadas**. Outubro 2010. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-6058-2010-10-22.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BICALHO, E. **A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero**: mulheres pentecostais e carismáticas. Universidade Católica de Goiás, 2001.

BIRMAN, J. **Gramáticas do Erotismo**: a feminilidade e suas formas de subetivação na psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRITO, A. A. Breves reflexões sobre a história geral da cidadania. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1XmR7AS>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

CERQUEIRA, J.H.A. de. Reflexões acerca da violência e discriminação contra a mulher no século XXI. **Jornal Relações Internacionais** (R I). 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1N0OcWh>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

CUNHA, A.G. **Lexicon**: Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 2007. P. 386,524.

HOLLAND, J. **Una breve historia de la misoginia**: el prejuicio mas antiguo del mundo. Mexico: Editora Oceano, 2010, p. 442, 443.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004. p. 1934.

JAFFÉ, A. **O Mito do Significado na obra de Carl Gustav Jung**. São Paulo: Cultrix, p. 16-19, 1995.

JOHNSON, A. G.; KRIGER. M. **Feminização da pobreza**: uma leitura crítica. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/35/johnson_35.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. **O que entendemos por feminização da pobreza**. Centro Internacional da Pobreza. 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1TrAFZu>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

NARVAZ, M. G. Masoquismo feminino e violência doméstica: reflexões para a clínica e para o ensino de Psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 47-59, 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612010000200005 >. Acesso em: 10 out. 2015.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. **O feminino, o incesto e a sedução**: problematizando os discursos de culpabilização das mulheres e das meninas diante da violação sexual. *Ártemis*, 2007, Paraíba, v.6, p. 77-84.

PINAFI, T. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. In: **Histórica**: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, n. 21, abr./maio 2007. Disponível em: < <http://bit.ly/1NesTgU> >. Acesso em: 28 nov. 2015.

RAMINA, L. **A exploração sexual da mulher no século XXI**. Carta Maior, 2013. Disponível em: < <http://bit.ly/1Nv4CrH> >. Acesso em: 03 dez. 2015.

SILVA, S. G. da. **Preconceito e discriminação**: as bases da violência contra a mulher. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 561, set. 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009&lng=pt&nrm=iso >. Acesso: 07 jun. 2015.

STARR, T. **A voz do dono**: cinco mil anos de machismo e misoginia. São Paulo: Ática, 1993, p. 11, 28, 29.

WELLE, D. **Uma ONG contra o feminicídio na Argentina**. Carta Capital, 06 jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/21cuFcW>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Recebido em: 27/09/2016

Aprovado em: 09/11/2016